

EDITAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADE

N. 2390

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) notifica os(as) contribuintes listados(as) a seguir quanto à abertura de Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

O QUE ISSO QUER DIZER?

Isso significa que a PGFN identificou que os(as) contribuintes listados(as) foram administradores(as) de pessoas jurídicas que possuem débitos com a União inscritos em dívida ativa. Também foi verificado que essas pessoas jurídicas foram extintas irregularmente, isto é, encerraram suas atividades sem seguir as regras legais.

Quando uma pessoa jurídica é extinta de forma irregular, o(a) administrador(a) à época da extinção irregular poderá ser responsabilizado(a) pelos débitos da pessoa jurídica inscritos em dívida ativa.

Ao final deste Edital, é possível ver a tabela com a lista de contribuintes, de pessoas jurídicas devedoras, e respectivo número do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

Os(As) contribuintes listados(as) na tabela poderão ser considerados(as) devedores(as) dos débitos, ao final do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

COMO NÃO SER RESPONSABILIZADO(A) PELOS DÉBITOS DA PESSOA JURÍDICA?

Somente o **pagamento** evita a responsabilização pelos débitos da pessoa jurídica.

A **negociação** dos débitos (parcelamento, transação) também é possível. Para negociar, o(a) contribuinte deve assumir a responsabilidade pelos débitos, assinando o Termo de Confissão, o que resultará na sua inscrição em dívida ativa da União. Enquanto durar a negociação, o(a) contribuinte não poderá ser protestado(a), seu nome não poderá ir para SERASA, SCPC e CADIN, e a União não poderá cobrar a dívida na Justiça.

Se o(a) contribuinte não concorda com a responsabilização, pode apresentar uma **impugnação**, na qual deve ser comprovado que:

1. a pessoa jurídica está em funcionamento; ou
2. o(a) contribuinte não era administrador(a) da pessoa jurídica na data da extinção irregular; ou
3. a extinção seguiu as regras legais para o encerramento da pessoa jurídica.

O retorno da pessoa jurídica para a situação cadastral ativa não comprova a inexistência de anterior extinção irregular!

Se a impugnação não for aceita, o(a) contribuinte será considerado(a) devedor(a) dos débitos inscritos em dívida ativa.

Nesse caso, o(a) contribuinte pode apresentar recurso contra a decisão. O(A) contribuinte somente deixa de ser devedor(a) se o recurso for aceito.

Sendo considerado(a) devedor(a) dos débitos, o(a) contribuinte poderá ser protestado(a), seu nome poderá ir para SERASA, SCPC e CADIN, e a União poderá cobrar a dívida na Justiça.

ONDE FAZER ESSES PROCEDIMENTOS?

O pagamento, a negociação, a impugnação e o recurso devem ser feitos no portal de serviços da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Regularize: regularize.pgfn.gov.br.

Os(As) contribuintes devem fazer o cadastro no Regularize, para acessar os procedimentos. **O cadastro deve ser feito no nome e CPF dos(as) contribuintes listados(as) neste Edital.**

No Regularize, acessar a opção "**Impugnar/Recorrer - Procedimento Administrativo**" > "**Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade**".

COMO ACOMPANHAR O PROCESSO E SE COMUNICAR COM A PGFN?

A partir do cadastro no Regularize, todas as comunicações, acesso à decisão da impugnação e do recurso serão feitas por meio da caixa de mensagens do Regularize.

Para acessar a caixa de mensagens, basta clicar no símbolo de "carta" da cor verde que fica no canto superior direito da tela do Regularize.

O(A) Procurador(a) da Fazenda Nacional poderá pedir informações complementares, por meio da caixa de mensagens, devendo o(a) contribuinte ficar atento(a).

QUAL O PRAZO PARA ADOTAR ALGUM DESSES PROCEDIMENTOS?

A impugnação deve ser feita no prazo de 30 dias corridos contados da publicação deste Edital no sítio da PGFN na internet (pgfn.gov.br), no menu **"Serviços e Orientações" > "Editais" > "Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade"**.

O recurso deve ser feito no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da notificação da decisão de impugnação. A notificação é feita por meio da caixa de mensagens no Regularize.

Orientações detalhadas sobre o Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade podem ser encontradas no sítio da PGFN na internet (pgfn.gov.br), no menu **"Serviços e Orientações" > "Orientações de serviços aos contribuintes" > "Carta de Serviços" > "Impugnar / Recorrer procedimento de reconhecimento de responsabilidade"**.

Este Edital está embasado na seguinte fundamentação legal: Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, art. 135, inciso III; Decreto n. 3.708, de 10 de janeiro de 1919, art. 10; Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980, art. 4º, § 2º; Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002, art. 20-D, inciso III; e Portaria PGFN n. 948, de 15 de setembro de 2017.

Se os débitos estiverem extintos, pode desconsiderar esta notificação e não precisa fazer contato ou adotar nenhum outro procedimento.

Vamos regularizar a sua dívida? A PGFN está disponível para encontrar uma solução.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Nome do contribuinte	Contribuinte	Nome do devedor principal	Devedor principal	Número do procedimento administrativo
ANTONIO DENILSON DA SILVA FERREIRA	***.097.***-**	PEIXOTO E FERREIRA RESTAURANTES LTDA	33.462.942/0001-40	890084011
THIAGO DIONISIO DOS SANTOS MARTINS	***.345.***-**	T D DOS SANTOS MARTINS LTDA	03.508.168/0001-09	890106100
GIANE CRISTINA MELLO	***.891.***-**	IJAMAD - INDUSTRIA JAGUARIAIVENSE DE MADEIRAS LTDA	04.643.688/0001-89	890331682
ARIEL RIBEIRO BORGES	***.923.***-**	A R BORGES CONSTRUCAO CIVIL LTDA	33.942.953/0001-28	890470187
ERICA DANIELE DE MOURA	***.669.***-**	EDDM CONSTRUCOES LTDA	30.325.689/0001-95	891051674
NATAN FERREIRA RODRIGUES	***.637.***-**	RN ESCAVACOES LTDA	37.844.455/0001-01	891102892
NATALIA ROBERTA SOLES DE CARVALHO	***.785.***-**	REDE MULT DROGARIAS LTDA	21.618.401/0001-80	891148631
WALFRIDO WILL	***.101.***-**	INDUSTRIA DE MADEIRAS WILL LTDA	01.794.104/0001-88	891772343
LUIZ FERNANDO FLORES	***.566.***-**	CAPRINI COMERCIAL DE ARTIGOS DO LAR LTDA	08.277.070/0001-01	891795627
EDINEI DOMINGUES	***.437.***-**	DELGAZ TRANSPORTES LTDA	19.130.246/0001-06	891942575
MARCIA LILIAN SANTOS DO LIVRAMENTO	***.263.***-**	CAIXA ESCOLAR MARIA HELENA CORDEIRO	01.211.164/0001-20	892715371
RUBENS PEREIRA DA CUNHA	***.536.***-**	ACERTO CONSULTORIA LTDA	24.952.837/0001-07	892869882
VIDELIO MEURER	***.454.***-**	VIDELIO MEURER & CIA LTDA	03.517.690/0001-49	893165580
EDSON BONIFACIO DOS SANTOS	***.330.***-**	EBSECCARD EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA	33.798.159/0001-52	893498502
SERGIO KUSUMOTO	***.116.***-**	KUSUMOTO COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	30.145.190/0001-04	893503619
ISABEL DAS DORES BASILIO	***.172.***-**	ISABEL DAS DORES BASILIO LTDA	35.084.677/0001-30	893725991
SERGIO LUIZ RODRIGUES	***.235.***-**	PLASMA TECH INDUSTRIA METALURGICA LTDA	06.187.943/0001-51	893838699
PETERSON MOTA XAVIER	***.799.***-**	HOSPEDE VIRTUAL SERVICOS DE INTERNET LTDA	07.505.796/0001-83	894045088
WELLINGTON MOURA SANTOS	***.117.***-**	J W AGENCIA LENCOIS ADVENTURE LTDA	29.048.052/0001-10	894064271
THIAGO SANTOS THURLER	***.765.***-**	TS THURLER COMERCIO LTDA	29.339.144/0001-59	891307549

Nome do contribuinte	Contribuinte	Nome do devedor principal	Devedor principal	Número do procedimento administrativo
MARINALVA IRINEU TORRES MACHADO	***.744.***_**	FEDERACAO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	19.684.945/0001-06	893971106
JOSE CLAUDIO MACHADO	***.735.***_**	JOSE CLAUDIO MACHADO CONSTRUCAO CIVIL LTDA	38.108.884/0001-75	890138581
GUILHERME KUNZLE SOZZI	***.113.***_**	GET INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	23.234.410/0001-00	889799583
MARISETE GOBETTI DEON	***.060.***_**	DEON & FARIA LTDA	12.615.307/0001-86	893030174